Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
09/12/24
Mazutti
Vereador - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 09/12/24
Protocolo

PROJETO DE LEI Nº 111 , DE 2024.

Dispõe acerca da revogação das Leis Municipais que especifica.

Faço a saber que a Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º Esta Lei revoga as legislações municipais constantes no Anexo I.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Palácio José Neves Formighieri, 73º aniversário de Cascavel.
Em 5 de dezembro de 2024.

Policial Madril
Vereador/PP

Professora Beth Leal
Vereadora/Republicanos

Pedro Sampaio
Vereador/PP

Cidão da Telepar
Vereador/PODEMOS

Dr. Lauri
Vereador/MDB

Justificação

A Comissão de Revisão das Leis da Câmara Municipal de Cascavel, após um minucioso estudo, análise e revisão das leis municipais do período referente aos anos 1990 a 1994, submete à vossa consideração a minuta de Projeto de Lei que propõe a revogação expressa de diversas normas municipais, conforme identificadas no Anexo I deste projeto.

Durante o diagnóstico realizado pela Comissão, constatou-se que muitas dessas leis perderam a aplicabilidade ao longo do tempo, seja pela promulgação de novas leis que tratam dos mesmos temas, seja pela mudança de contexto social e econômico. Por isso, faz-se necessária uma atualização do arcabouço jurídico municipal, com o objetivo de garantir maior clareza e eficiência ao ordenamento jurídico vigente.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA

É importante ressaltar que, embora muitas dessas leis em desuso possam ser consideradas tacitamente revogadas, existem casos em que subsistem dúvidas sobre sua vigência. Daí surge a necessidade de promover a revogação de forma expressa, evitando interpretações conflitantes ou insegurança jurídica. Por exemplo, leis que já atingiram seus objetivos, como as leis orçamentárias anuais, serão formalmente revogadas. Além disso, normas que necessitam de consolidação, devem ser unificadas em um único documento, facilitando o acesso e a compreensão por parte da população de Cascavel.

Conforme dispõe o ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em seu art. 2º, temos: a revogação expressa ocorre quando a lei posterior declara explicitamente a revogação da anterior. A revogação tácita acontece quando a lei posterior é incompatível com a anterior. Já a revogação por inteira regulação da matéria ocorre quando a lei posterior regula inteiramente o tema tratado pela anterior.

Assim, o processo de revogação proposto pela presente iniciativa visa contribuir para a racionalização e sistematização do ordenamento jurídico municipal, promovendo a desburocratização, simplificação das pesquisas e acesso à legislação, além de garantir maior segurança jurídica para os cidadãos, empresas e profissionais que atuam no município, como advogados, contadores e engenheiros, que muitas vezes enfrentam dificuldades ao se depararem com um emaranhado legislativo.

Ao consolidar normas e eliminar leis redundantes, estamos promovendo um ambiente jurídico mais acessível, transparente e funcional, beneficiando diretamente o desenvolvimento econômico e social de Cascavel. Além de assegurar a coerência e aplicabilidade do ordenamento jurídico, a revogação das leis obsoletas representa um passo importante para a eficiência administrativa. A eliminação de normas ultrapassadas ou que perderam o efeito prático ao longo do tempo desonera o poder público de interpretações jurídicas conflitantes, permitindo que as ações governamentais sejam mais ágeis e eficazes.

Esta proposta é fruto do processo contínuo de atualização legislativa que a Comissão de Revisão das Leis vem promovendo ao longo dos últimos anos. A iniciativa visa garantir que a população tenha acesso a um conjunto normativo claro e organizado, facilitando a compreensão das normas que regulam a vida em sociedade e asseguram seus direitos.

Ressalta-se que a iniciativa não trará qualquer prejuízo ao ordenamento jurídico vigente nem às relações jurídicas estabelecidas sob o escopo das normas a serem revogadas. A Comissão conduziu o processo com total segurança jurídica, contando inclusive com parecer favorável da Casa Civil, conforme ofício nº 2921/2024, em relação a maioria das leis encaminhadas, ressalvando apenas algumas leis em específico como é o caso da Lei nº 2163, de 1990 que subsidiou a mudança de regime dos servidores para o Estatutário, sendo que a revogação pode interferir para alguns servidores em exercício, e a leis pendentes de requerimento que sendo necessário podem ser revogadas posteriormente.

Dessa forma, com o objetivo de modernizar, simplificar e organizar as normas municipais, bem como revogar aquelas sem eficácia, a Comissão de Revisão das Leis apresenta esta proposição, solicitando desde já o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

ANEXO I

LEI	EMENTA
LEI Nº 1799, DE 22 DE MAIO DE 1985	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER CESSÃO DE USO REAL, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS À PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL
LEI Nº 1979, DE 22 DE MARÇO DE 1988	FAZ CESSÃO DE USO REAL, DE TERRENO À IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2015, DE 17 DE OUTUBRO DE 1988	AUTORIZA CESSÃO DE USO REAL DE TERRENO AO CENTRO SOCIAL BENEFICENTE N.S. DA SALETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2107, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	DISPÕE SOBRE AS EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2109, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REGULARIZAR A SITUAÇÃO DAS OBRAS QUE FEREM O CÓDIGO DE OBRAS E A LEI DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO, NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2122, DE 23 DE ABRIL DE 1990	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 4º DA LEI Nº 2010/88 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2123, DE 23 DE ABRIL DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2124, DE 23 DE ABRIL DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSINAR CONVÊNIO COM A EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2126, DE 30 DE ABRIL DE 1990	ALTERA A LEI Nº 2109/90 DE 8 DE FEVEREIRO DE 1990 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2131, DE 14 DE MAIO DE 1990	FAZ CESSÃO DE USO REAL DE UMA ÁREA DE TERRAS À SOCIEDADE BENEFICENTE DOS PARAPLÉGICOS DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2132, DE 14 DE MAIO DE 1990	CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE "INTER VIVOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2141, DE 13 DE JULHO DE 1990	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., ATRAVÉS DO FDU - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS INTEGRANTES DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU.
LEI Nº 2142, DE 16 DE JULHO DE 1990	ESTENDE OS BENEFÍCIOS DO ARTIGO 142 E SEU § 1º, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ELEITOS PARA O CARGO DE DIREÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CASCAVEL - ASSERVEL.
LEI Nº 2143, DE 24 DE JULHO DE 1990	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O ANO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2148, DE 24 DE AGOSTO DE 1990	INSTITUI O ENSINO DA ECOLOGIA NAS ESCOLAS PRIMARIAS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2150, DE 12 DE SETEMBRO DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE OBRAS QUE FEREM O CÓDIGO DE OBRAS E A LEI DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2153, DE 12 DE SETEMBRO DE 1990	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISQN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2154, DE 12 DE SETEMBRO DE 1990	ALTERA VALORES DA TABELA II - TAXAS DE LICENÇA - CONSTANTE DA LEI 2085 DE 22/12/89 E TABELA VII - COLETA DE LIXO DA LEI Nº 1962 DE 23/12/87 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 2155, DE 14 DE SETEMBRO DE 1990	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2156, DE 14 DE SETEMBRO DE 1990	INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL O "CENTRO DE CONTROLE E TRIAGEM" DE PACIENTES PORTADORES DE DEFEITOS FÍSICOS FUNCIONAIS OU PSICOLÓGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2160, DE 4 DE OUTUBRO DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PATROCINAR A CRIAÇÃO DO "SERVIÇO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR" PARA ATENDER AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2165, DE 29 DE OUTUBRO DE 1990	APROVA CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO E ÓRGÃOS DO GOVERNO ESTADUAL.
LEI Nº 2170, DE 29 DE OUTUBRO DE 1990	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A LOCAÇÃO DE UM QUIOSQUE, NO CALÇADÃO DA AVENIDA BRASIL, PELOS CUSTOS DE ALUGUEIS AOS SEUS SIMILARES, ISENTANDO LICITAÇÃO DO MESMO À ARTEVEL - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE CASCAVEL, PARA INSTALAÇÃO DA CASA DO ARTESÃO.
LEI Nº 2172, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1990	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2182, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1990	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS NºS 2151, 2152 e 2154 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2190, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1991	CRIA O FÓRUM DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2191, DE 9 DE MARÇO DE 1991	ALTERA OS TERMOS DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2030/89 DE 30 DE MARÇO DE 1989 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2192, DE 9 DE MARÇO DE 1991	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2152 QUE TRATA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2193, DE 9 DE MARÇO DE 1991	DETERMINA E RESERVA PERCENTUAL DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL PARA OS DEFICIENTES FÍSICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2202, DE 4 DE MAIO DE 1991	PROMULGA O § 1º DO ART. 13 DA LEI MUNICIPAL 2195/1991, NÃO SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL.
LEI Nº 2204, DE 9 DE MAIO DE 1991	DEFINE O PERÍMETRO URBANO DE CASCAVEL.
LEI Nº 2207, DE 15 DE MAIO DE 1991	DISPÕE SOBRE IDENTIFICAÇÃO EM RÓTULO DE TODOS OS PRODUTOS FABRICADOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2210, DE 14 DE MAIO DE 1991	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ISENTAR O VALOR DO ALUGUEL DO "QUIOSQUE" OCUPADO PELA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2211, DE 12 DE JUNHO DE 1991	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2212, DE 12 DE JUNHO DE 1991	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2195/91.
LEI Nº 2213, DE 12 DE JUNHO DE 1991	FAZ CESSÃO DE USO REAL DE UM LOTE URBANO AO NÚCLEO REGIONAL DOS OSTOMIZADOS OESTE DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2214, DE 20 DE JUNHO DE 1991	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2216, DE 27 DE JUNHO DE 1991	INSTITUI A "FUNDAÇÃO DE ESPORTES" DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - FUNESVEL COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, SEDE E FORO NA CIDADE DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2218, DE 14 DE AGOSTO DE 1991	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2195/91.

LEI Nº 2223, DE 23 DE SETEMBRO DE 1991	ALTERA O INCISO III, DO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 226, DA LEI Nº 2107/90 DE 13/01/90.
LEI Nº 2225, DE 23 DE SETEMBRO DE 1991	OBRIGATORIEDADE DE PLANTIO DE ÁRVORES DE SOMBRA OU FRUTÍFERAS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DE CASCAVEL.
LEI Nº 2226, DE 24 DE SETEMBRO DE 1991	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER CRÉDITOS DE QUALQUER ORIGEM OU NATUREZA EM CRUZADOS NOVOS.
LEI Nº 2231, DE 25 DE SETEMBRO DE 1991	AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A SUREHMA, COM A FINALIDADE DE REALIZAR EXAMES BACTERIOLÓGICOS, EM TODA ÁGUA CONSUMIDA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2232, DE 25 DE SETEMBRO DE 1991	ALTERA OS ITENS III, IV E V, DO ARTIGO 17 CAPÍTULO IV, DA LEI MUNICIPAL SOB Nº 1847/85 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2241, DE 22 DE OUTUBRO DE 1991	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2242, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991	DISPÕE SOBRE O LIVRE INGRESSO DE MENORES DE DEZESSEIS ANOS NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2245, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1991	ESTABELECE VALORES PARA COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO NO EXERCÍCIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2251, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1991	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2252, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1991	ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2254, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1991	PROÍBE A COBRANÇA DA TAXA DE RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA.
LEI Nº 2255, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ELEITORAIS E INSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.
LEI Nº 2256, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991	ESTABELECE RESERVA DE LUGAR PARA NÃO FUMANTES EM RESTAURANTES E, SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2258, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA VACINAÇÃO CONTRA A RUBÉOLA PARA TODAS AS MULHERES EM IDADE FÉRTIL QUE SEJAM SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2259, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1991	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2260, DE 3 DE JANEIRO DE 1992	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (CR$ 105.318.500.000,00)
LEI Nº 2261, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, PARA O PERÍODO DE 1992/1993.
LEI Nº 2265, DE 17 DE MARÇO DE 1992	AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. ATRAVÉS DO FDU - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS INTEGRANTES DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU.
LEI Nº 2266, DE 20 DE MARÇO DE 1992	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.
LEI Nº 2267, DE 20 DE MARÇO DE 1992	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS DO CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2275, DE 13 DE MAIO DE 1992	DESAFETA ÁREA DE UTILIDADE PUBLICA E AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A MITRA DIOCESANA DE CASCAVEL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI Nº 2279, DE 15 DE MAIO DE 1992	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2259/91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2281, DE 18 DE MAIO DE 1992	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 176 DA LEI Nº 2215/91.
LEI Nº 2286, DE 19 DE MAIO DE 1992	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO E APLICAÇÃO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI Nº 2039/89 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2288, DE 15 DE JUNHO DE 1992	DESAFETA ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A AFUVEL - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FECIVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2292, DE 11 DE JUNHO DE 1992	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2209/91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2295, DE 17 DE JUNHO DE 1992	ALTERA A LEI Nº 2027/89 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2297, DE 29 DE JUNHO DE 1992	ISENTA DO PAGAMENTO DA PASSAGEM DO TRANSPORTE COLETIVO DE CASCAVEL, FUNCIONÁRIOS DA SUCAM.
LEI Nº 2302, DE 8 DE JULHO DE 1992	ANISTIA DÉBITOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA, DE VALOR ATUALIZADO IGUAL OU INFERIOR A 1,305 (UM VÍRGULA TREZENTOS E CINCO) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO CONSTITUÍDOS ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 1991.
LEI Nº 2306, DE 9 DE SETEMBRO DE 1992.	FICA INSTITUÍDO O PROGRAMA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ (PROMENOR).
LEI Nº 2308, DE 9 DE SETEMBRO DE 1992.	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE INSTALADO EM TÁXIS E ÔNIBUS, EM CARÁTER EXPERIMENTAL, DO MECANISMO QUE PERMITA ABASTECIMENTO COM G.N.C. "GÁS NATURAL COMPRIMIDO" EM CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2318, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1992	MODIFICA O ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL, Nº 2020/88 QUE TRATA DO I.V.V.
LEI Nº 2320, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1992	REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1962/87 QUE TRATA SOBRE A "TAXA DE VERIFICADO DE LOCALIZAÇÃO REGULAR"
LEI Nº 2321, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1992	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE OBRAS E A LEI DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2323, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2330, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992	DISPÕE SOBRE A ENTREGA DE RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS À CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2333, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1992	ISENTA DO PAGAMENTO DE PASSAGEM DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO, CRIANÇAS ATÉ 10 (DEZ) ANOS DE IDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2334, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1992	ACRESCENTA-SE AO PARÁGRAFO 2º AO ART. 114 DA LEI Nº 2027/89 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL).
LEI Nº 2336, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1992	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 17 DA LEI Nº 2323/92 E ACRESCENTA-SE PARÁGRAFO 1º E 2º E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2341, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1992	ALTERA A LEI Nº 2330/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2342, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1992	DISPÕE SOBRE A TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E REVOGA A LEI Nº 2068/89 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2347, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992	DESAFETA ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2349, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1992	ALTERA A LEI Nº 1843 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1985 QUE ESTABELECE AS BASES PARA O CÁLCULO DA TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 2350, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1992	CRIA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM FLORESTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992	ALTERA A LEI Nº 1962/1987 QUE TRATA DAS TAXAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2356, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (CR$ 123.838.130.000,00)
LEI Nº 2358, DE 8 DE MARÇO DE 1993	CRIA SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2361, DE 15 DE MARÇO DE 1993	AMPLIA AS VAGAS DE FUNCIONÁRIOS DO GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO
LEI Nº 2365, DE 20 DE ABRIL DE 1993	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 290 E 292 E REVOGA A TABELA DE MULTAS DA LEI Nº 2107/90, DE 11 DE JANEIRO DE 1990 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2366, DE 20 DE ABRIL DE 1993	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PATROCINAR O SERVIÇO DE TRATAMENTO E RECICLAGEM DO LIXO DE CASCAVEL
LEI Nº 2368, DE 20 DE ABRIL DE 1993	COMPLEMENTA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TAPUMES NA CONSTRUÇÃO CIVIL, OBJETIVANDO MAIOR SEGURANÇA AOS TRANSEUNTES
LEI Nº 2375, DE 3 DE JUNHO DE 1993	ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
LEI Nº 2380, DE 20 DE JULHO DE 1993	INSTITUI NORMAS E POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
LEI Nº 2387, DE 30 DE AGOSTO DE 1993	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
LEI Nº 2390, DE 8 DE SETEMBRO DE 1993	ACRESCENTA-SE ARTIGO A LEI Nº 2107/90 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2391, DE 8 DE SETEMBRO DE 1993	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A VENDER AÇÕES EMITIDAS PELA COPEL E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2393, DE 20 DE SETEMBRO DE 1993	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2354/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2395, DE 4 DE OUTUBRO DE 1993	AUTORIZA O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
LEI Nº 2396, DE 14 DE OUTUBRO DE 1993.	ISENTA DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO OS IMÓVEIS DOS PERÍMETROS URBANOS DOS DISTRITOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2397, DE 14 DE OUTUBRO DE 1993	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO E 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2403, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1993	CONCEDE DESCONTOS ESPECIAIS PARA RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2422, DE 4 DE MARÇO DE 1994	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2423, DE 10 DE MARÇO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A EMATER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2429, DE 19 DE ABRIL DE 1994	ALTERA O ARTIGO 301 DA LEI Nº 2107/90 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2431, DE 19 DE ABRIL DE 1994	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A TELECOMUNICAÇÃO DO PARANÁ S.A. - TELEPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2436, DE 3 DE MAIO DE 1994	CRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UM GRUPO DE TRABALHO PARA EXECUTAR O RECENSEAMENTO DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR QUE ESTÃO FORA DAS ESCOLAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2440, DE 20 DE MAIO DE 1994	CRIA A DISCIPLINA DE "EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 2443, DE 21 DE JUNHO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR A "CASA DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DO MENOR ABANDONADO INFRATOR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2444, DE 21 DE JUNHO DE 1994	CRIA A DISCIPLINA DE "EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2446, DE 21 DE JUNHO DE 1994	REMANEJA CARGOS E VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2449, DE 4 DE JULHO DE 1994	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, ATRAVÉS DO F.D.U. - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS INTEGRANTES DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU.
LEI Nº 2456, DE 11 DE JULHO DE 1994	AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2457, DE 11 DE JULHO DE 1994	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, ATRAVÉS DO F.D.U. - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, PARA EXECUÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS, INTEGRANTES DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU.
LEI Nº 2458, DE 11 DE JULHO DE 1994	AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2459, DE 11 DE JULHO DE 1994	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, PARA O PERÍODO DE 1994/1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2462, DE 22 DE AGOSTO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CAMPANHA DE ESTIMULO A EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS MEDIANTE DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2464, DE 22 DE AGOSTO DE 1994	CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2472, DE 21 DE SETEMBRO DE 1994	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2446/94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2474, DE 27 DE SETEMBRO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIOS COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2484, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1994	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2489, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994	TRANSFERE DATA DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE.
LEI Nº 2494, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1994	REMANEJA O NÚMERO DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2494, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1994	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R$ 51.241.500,00)
LEI Nº 2495, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR A FARMÁCIA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2495, DE 27 DE MAIO DE 1994	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE NUMERAÇÃO PREDIAL E A COBRANÇA DO SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2497, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994	MODIFICA O ARTIGO 7º DA LEI Nº 2259/91 - APLICAÇÃO DE MULTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2498, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994	ALTERA DATA DE VENCIMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2499, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1995	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2503/94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 2502, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO BEM ESTAR-SOCIAL E CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL A ELE VINCULADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2503, DE 20 DE ABRIL DE 1995	REMANEJA O NUMERO DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2503, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 2504, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CAMPANHA DE ESTÍMULO AO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.